

Ortodoxos pregam austeridade

A mais recente proposta do arsenal da ortodoxia partiu do ex-ministro Mário Henrique Simonsen (foto) e tem sido objeto de cuidadosas avaliações por parte dos empresários. Basicamente, ela centra-se na imposição de um redutor sobre a inflação, desde que seja acompanhado por medidas de austeridade fiscal e monetária. Simonsen adverte, entretanto, que sua proposta deve ser interpretada com a devida cautela e que o redutor não passa de uma "mera anestesia".



"É uma ingenuidade acreditar que a simples aplicação de um redutor nos preços possa debelar a inflação. Esse instrumento é apenas uma das peças de um programa antiinflacionário que passa pela redução do déficit público, pela austeridade monetária e por uma política de rendas. Sem isso, o redutor seria uma tentativa inócuia de debelar a febre quebrando o termômetro", detalha Simonsen.

Ele reconhece que esse programa está sujeito a riscos políticos: "Conter o déficit público, exige uma razoável determinação política. E estancar a expansão monetária, além das complicações políticas, está sujeito a incertezas técnicas. Mas também é certo que o controle da política monetária hoje em dia não pode mais ser feito por remédios paliativos. Somente preenchidos esses requisitos seria possível aplicar o redutor. E o redutor é para funcionar efetivamente, não para subestimar a inflação", conclui Simonsen.

Affonso Celso Pastore, ex-diretor do Banco Central, tem uma receita que até hoje pelo menos não contempla um mecanismo como o redutor. O diagnóstico desse economista, que recusou convites para integrar o atual governo em mais de uma ocasião, aponta a necessidade de um corte drástico no déficit público e de uma política monetária severa. Afinal, o governo tem permitido que impere o excesso de liquidez, fomentando assim a expectativa de hiperinflação.

O ex-ministro queria eleições gerais este ano, para que um novo cenário político desse o respaldo indispensável a qualquer tentativa de estabilização econômica. Choque sem austeridade fiscal e monetária, nem pensar. Quanto às estatais, deveriam ser submetidas a um amplo programa de privatização, o que deixa de ser feito hoje por falta de coragem política para enfrentar as inevitáveis demissões que ocorreriam.

Outro renomado ortodoxo, Paulo Rabello de Castro, tem sugerido retirar das contas do governo as empresas estatais, que historicamente têm respondido por cerca de um terço do déficit público. Essas empresas deveriam gozar de autonomia administrativa e não mais sofrerem ingerências políticas ou terem seus rombos acobertados via aumentos de capital, avais ou socorros financeiros. Para o economista, os fundos sociais administrados pela União (Pis, Pasep, FGTS, Finsocial e outros) poderiam absorver as estatais viáveis, que passariam a ser geridas como empresas privadas.